

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 160.425 - DF (2018/0214950-9)

SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 23A VARA DO JUIZADO ESPECIAL
CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JULIO CESAR BUENO FILHO
ADVOGADO : RICARDO CAMPOS - SP176819
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado na ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária de imposto de renda sobre ajuda de custo, cumulada com repetição de indébito ajuizada pelo contribuinte em face da União Federal (Fazenda Nacional).

A ação foi aviada perante o Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo, que declinou de sua competência, com base nos arts. 3º, §3º, e 20, ambos da Lei n. 10.259/2001, uma vez comprovado nos autos que o autor passou a residir no estrangeiro (Alemanha), desde 03/07/2014, o que afastaria a incidência dos arts. 4º, da Lei n. 9.099/1995, e 43, do CPC/2015.

Distribuído o feito ao Juizado Especial Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi suscitado o conflito perante este Superior Tribunal de Justiça, tendo esse suscitante consignado que a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício e que o Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo seria o Juízo competente para o processamento da causa, por se tratar de demanda proposta contra a União, a qual possui representação no Estado de São Paulo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela fixação da competência do Juízo suscitado.

É o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento assentado de que a Lei n. 10.259/2001, que dispõe sobre os Juizados Especiais Federais, não possui regra específica relativa à distribuição da competência territorial, razão pela qual se aplica, subsidiariamente, o disposto no art. 4º, da Lei 9.099/1995.

Assim, salvo nas ações de reparação de danos, nas quais a competência é determinada de acordo com o domicílio do autor, e nas ações de obrigação de fazer, em que a competência é estabelecida pelo lugar onde a obrigação deve ser satisfeita, nas demais demandas o Juízo competente será o do “domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório” (art. 4º, I e parágrafo único, da Lei 9.099/1995).

No caso, a competência deve ser fixada no Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo, considerando que a ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária foi ajuizada em face da União Federal, que possui representação no Estado de São Paulo, bem como o fato de que a competência, na espécie, é relativa, sendo que não poderia ter sido declarada de ofício pelo Juízo suscitado (Enunciado Sumular n. 33/STJ).

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PARA CORREÇÃO DE SALDOS DE POUPANÇA MOVIDA POR POUPADOR CONTRA O BANCO CENTRAL DO BRASIL.

1. Os Juizados Especiais, previstos no art. 98 da Constituição da República e criados no âmbito federal pela Lei n.º 10.259/01, não se vinculam ao Tribunal Regional Federal respectivo, tendo suas decisões revistas por turmas recursais formadas por julgadores da 1ª Instância da Justiça Federal.

2. O conflito entre um Juiz de Juizado Especial Federal e um Juiz Federal caracteriza conflito entre juízes não vinculados ao mesmo tribunal, incidindo a regra do artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição da República. Nesse toar, foi editada a Súmula 348/STJ, de seguinte teor: "Compete ao Superior Tribunal de Justiça decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal, ainda que da mesma seção judiciária".

3. No caso dos autos, o conflito envolve Juizados Especiais Federais de Subseções Judiciárias diversas (1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo e 4ª Subseção Judiciária de Santos), sendo que ambas pertencem ao território da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, integrante do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Entretanto, os juízos envolvidos no conflito encontram-se vinculados a Turmas Recursais diferentes.

4. Este Tribunal já decidiu que "se cabe ao STJ julgar conflito de competência entre Turma Recursal e Tribunal de Justiça, ou Tribunal Regional Federal, por exemplo, há de ser nossa também a competência para apreciar conflito envolvendo Juizados Especiais Federais vinculados a Turmas Recursais diferentes" (CC 80.079/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Segunda Seção, DJU de 03.09.07). Conflito de competência que deve ser conhecido.

5. "É do Juizado Especial Federal a competência para causa de valor inferior a sessenta salários mínimos, visando ao pagamento de diferenças de correção monetária de caderneta de poupança, ajuizada contra o Banco Central do Brasil. Aplicável à hipótese, subsidiariamente, o inciso I do art. 4º da Lei nº 9.099/95, segundo o qual é competente o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório. Precedente: CC 80.079/SP, 2ª Seção, Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 03/09/2007" (CC 95.833/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 20.10.08).

6. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal do Juizado Especial Cível de São Paulo/SP, o suscitado.

(CC 104.656/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/06/2009, DJe 01/07/2009)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAIS DE

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS VINCULADOS A TURMAS RECURSAIS DIVERSAS. COMPETÊNCIA DO STJ. AÇÃO PARA CORREÇÃO DE SALDOS DE POUPANÇA MOVIDA POR POUPADOR CONTRA O BANCO CENTRAL DO BRASIL. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que juízo de juizado especial não está vinculado jurisdicionalmente ao tribunal com quem tem vínculo administrativo, já que tem suas decisões revistas por turmas recursais formadas por julgadores da primeira instância. A competência para apreciar os conflitos entre juizados especiais federais vinculados a turmas recursais diferentes, ainda que da mesma seção judiciária, é do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do ar. 105, I, "d", da Constituição Federal.

2. É do Juizado Especial Federal a competência para causa de valor inferior a sessenta salários mínimos, visando ao pagamento de diferenças de correção monetária de caderneta de poupança, ajuizada contra o Banco Central do Brasil. Aplicável à hipótese, subsidiariamente, o inciso I do art. 4º da Lei nº 9.099/95, segundo o qual é competente o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório. Precedente: CC 80.079/SP, 2ª Seção, Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 03/09/2007.

3. Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo Federal do Juizado Especial Cível da Subseção Judiciária de São Paulo - SP, o suscitado.

(CC 95.833/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/09/2008, DJe 20/10/2008)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XXII, do RISTJ, conheço do presente conflito e declaro competente o Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de São Paulo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator